

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP  
PORTO - PORTUGAL

---

## O USO ÉTICO DA IA GENERATIVA EM SALA DE AULA: POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO DA LICENCIATURA EM BIBLIOTECONOMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

---

José Alberto Monteiro Mendes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), <https://orcid.org/0009-0004-2487-6709>, Brasil, [alberto.mont.unirio.br@edu.unirio.br](mailto:alberto.mont.unirio.br@edu.unirio.br)

Thuanny Conceição Rodrigues Dourado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), <https://orcid.org/0009-0005-3467-5895>, Brasil, [thuannydourado@edu.unirio.br](mailto:thuannydourado@edu.unirio.br)

Flávia Dutra Rodrigues, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), <https://orcid.org/0009-0006-2437-069X>, Brasil, [flavia.ecm2@edu.unirio.br](mailto:flavia.ecm2@edu.unirio.br)

Nathália Lima Romeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), <https://orcid.org/0000-0002-6274-4836>, Brasil, [romeironathalia@unirio.br](mailto:romeironathalia@unirio.br)

Mariana Acorse, Instituto Nacional de Câncer (INCA), <https://orcid.org/0000-0003-4293-3477>, Brasil, [mariana.acorse@unesp.br](mailto:mariana.acorse@unesp.br)

Carlos Alberto Ferreira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), <https://orcid.org/0000-0002-7880-4119>, Brasil, [carlos.cafe@unirio.br](mailto:carlos.cafe@unirio.br)

### Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

#### 1 Introdução

A Inteligência Artificial Generativa (IAG) refere-se a sistemas computacionais capazes de criar conteúdos originais, como textos, imagens, músicas e códigos, a partir de comandos fornecidos pelos usuários. Essa tecnologia, baseada em modelos de linguagem treinados com grandes volumes de dados, tem se popularizado em diversos setores da sociedade, incluindo o ambiente educacional. Plataformas como ChatGPT, DALL-E e outras ferramentas baseadas em IAG já são amplamente utilizadas por estudantes e professores, muitas vezes sem o devido acompanhamento pedagógico.

A sala de aula é, tradicionalmente, caracterizada como um espaço para construir saberes, ensinar, aprender, descobrir, inspirar, criar e questionar. Hoje, existe a possibilidade de agregar a esses processos, tecnologias inovadoras, como a Inteligência Artificial Generativa (IAG). Dessa forma, professores e alunos podem usufruir dos benefícios proporcionados por essas ferramentas que, ao serem incorporadas de forma equilibrada e ética, tendem a tornar o ambiente educacional mais dinâmico, interativo e produtivo. A sala de aula é, tradicionalmente, caracterizada como um espaço para construir saberes, ensinar, aprender, descobrir, inspirar, criar e questionar.

Embora a Inteligência Artificial Generativa (IAG) apresente grande potencial para personalizar a aprendizagem, diversificar estratégias pedagógicas e ampliar o acesso à informação, sua incorporação no contexto escolar exige uma abordagem crítica e responsável. Essas tecnologias, que já fazem parte do cotidiano de muitos estudantes e docentes, têm sido utilizadas para apoiar a escrita, elaborar atividades didáticas, resumir textos, traduzir conteúdos e até gerar avaliações automatizadas. No entanto, ao mesmo tempo em que oferecem recursos valiosos, também suscitam preocupações relevantes sobre seus efeitos no processo de ensino-aprendizagem.

A ausência de uma mediação pedagógica eficaz pode levar ao uso indiscriminado da IAG, favorecendo práticas de cópia e plágio, enfraquecendo o exercício da autoria e da criatividade por parte dos estudantes, e incentivando a dependência de respostas prontas, em detrimento do pensamento crítico. Soma-se a isso o fato de que os conteúdos gerados por essas ferramentas são produzidos com base em grandes conjuntos de dados nem sempre transparentes ou imparciais, o que pode resultar na reprodução de estereótipos, preconceitos e desinformação. A confiabilidade das informações fornecidas, portanto, nem sempre está garantida, exigindo dos usuários habilidades específicas de verificação, interpretação e julgamento ético.

Nesse cenário, torna-se evidente que o simples acesso à tecnologia não assegura sua apropriação consciente. A escola, como espaço formativo e socializador, deve assumir um papel protagonista na orientação sobre o uso ético e crítico da IAG. Isso implica não apenas em capacitar os estudantes para operarem as ferramentas, mas em formá-los para compreender seus limites, seus funcionamentos algorítmicos e os impactos sociais e cognitivos de seu uso. Assim, o debate sobre ética no uso da Inteligência Artificial Generativa deixa de ser um tópico técnico ou acessório e passa a ocupar lugar central nas práticas educativas. Nesse contexto, a atuação

do licenciado em Biblioteconomia pode assumir um papel estratégico ao contribuir para a construção de uma cultura pedagógica que valorize a autoria, a reflexão crítica e o uso responsável das tecnologias digitais. Com sua formação voltada tanto para a mediação informacional quanto para práticas educativas, esse profissional está apto a desenvolver ações que promovam o letramento digital, incentivem a avaliação ética das informações produzidas por sistemas de IA e fomentem a autonomia intelectual dos estudantes em ambientes mediados por tecnologia.

De acordo com Alves (2025), a educação e a tecnologia devem caminhar em parceria. Através dos recursos tecnológicos é possível aprimorar a interação interpessoal, enriquecer os materiais didáticos, desenvolver habilidades digitais, melhorar a qualidade do ensino, obter maior motivação dos estudantes e diversificar as formas de avaliação. Essas inovações oferecem infinitas possibilidades no campo educativo, dentre elas estão as Tecnologias Assistivas que proporcionam acessibilidade para alunos com deficiência; e os jogos educativos digitais, utilizados como recursos para estudantes com dificuldade em reter informação, assim como sua aplicação no acompanhamento de pessoas déficit de atenção.

No entanto, apesar dos avanços proporcionados pela Inteligência Artificial Generativa, surgem questionamentos sobre sua utilização responsável, especialmente na elaboração de atividades pedagógicas, por isso uma reflexão ética é recomendável nesse processo. Conforme afirma Santos (2021), “a ética precisa ser ensinada, transmitida e forjada, porque a sociedade humana só se constitui a partir da cultura que ela engendra. É nisso que constitui a principal razão de existência da ética: ela nos torna humanos.” Quando se delega à IAG a produção de um texto que deveria ser fruto do próprio esforço, incorre-se em uma falsa autoria. A ausência de ética nesse contexto pode fazer com que o indivíduo se torne mais digital do que verdadeiramente humano. Além disso, ao abrir mão da oportunidade de exercitar habilidades

criativas e de raciocínio, corre-se o risco de criar uma dependência da tecnologia que em muitos casos a IAG não será capaz de suprir.

De acordo com a Cartilha de Ética e Cidadania da Secretaria de Ensino Básico (MEC, 2018), “é dever da escola ensinar e agir fundamentada nos princípios da democracia, da ética, da responsabilidade social, do interesse coletivo, da identidade nacional e da própria condição humana.” Desse modo, cabe não só ao ambiente familiar, mas à escola o papel de mediar criticamente o uso dessas tecnologias de forma a possibilitar que estudantes, adotem posturas alinhadas e comprometidas com os valores humanos. Entretanto, Alves (2025) problematiza essa questão ao afirmar que

diversos fatores podem dificultar a introdução dessas novas técnicas, incluindo a falta de habilidades dos docentes, a carência de suporte adequado por parte das escolas e a resistência de alguns professores em alterar suas práticas pedagógicas (Alves, 2025).

Neste sentido, os profissionais do curso de Licenciatura em Biblioteconomia qualificam-se perfeitamente para atuarem em unidades escolares, ao reunirem as competências informacionais e tecnológicas da Biblioteconomia com as habilidades de práticas docentes da licenciatura. Segundo Spudeit, Romeiro & Silveira . (2019), sua formação é

comprometida com as demandas de múltiplos segmentos sociais que lidam diretamente com a educação e a informação: da educação infantil à formação técnica, a formação continuada de professores da educação básica, especialmente no que tange ao desenvolvimento de competências informacionais para auxílio à realização da pesquisa escolar e à elaboração de projetos em educação (Spudeit, Romeiro & Silveira, 2019, p. 11).

Ou seja, ao se formar, o licenciado em Biblioteconomia está apto para assumir turmas do segundo segmento do ensino fundamental, ensino médio e Educação de jovens e adultos,

podendo ministrar disciplinas como, “O uso ético da IAG”, por exemplo.

A partir de uma pesquisa qualitativa, com caráter exploratório, descritivo e bibliográfico, foram analisadas produções bibliográficas dentro desta temática. O objetivo do artigo é refletir sobre o papel do profissional licenciado em Biblioteconomia na educação básica, atuando como agente integrador do uso ético da Inteligência Artificial Generativa nas salas de aula.

Após esta introdução, o presente texto seguirá a seguinte estrutura organizacional: na Seção 2, serão delineados os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. A Seção 3 abordará a discussão sobre a Inteligência Artificial Generativa na educação, refletindo sobre suas potencialidades e os desafios que apresenta. A Seção 4 discutirá a Biblioteconomia Digital e a competência em informação como estratégias para um uso ético da Inteligência Artificial. Em seguida, a Seção 5 examinará a práxis freireana como fundamento para a atuação do licenciado em Biblioteconomia no contexto da educação básica. A Seção 6, por sua vez, oferecerá uma reflexão sobre a ética e a deontologia na Ciência da Informação. Por fim, a Seção 7 apresentará as discussões acerca dos resultados obtidos, enquanto a Seção 8 culminará com as considerações finais da pesquisa.

## 2 Procedimentos Metodológicos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório, descritivo e bibliográfico. O delineamento da pesquisa tem como objetivo compreender e refletir criticamente sobre o papel do licenciado em Biblioteconomia na promoção do uso ético da Inteligência Artificial Generativa (IAG) na educação básica, tomando como base a produção científica e teórica existente sobre o tema. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa do objeto de estudo, centrando-se na compreensão de sentidos e significados

atribuídos às práticas pedagógicas mediadas por tecnologias emergentes.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, fundamentada na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, documentos institucionais e normativas educacionais. As fontes foram selecionadas por meio de buscas sistemáticas em bases como SciELO, Google Scholar, Repositórios da CAPES e bibliotecas digitais, com recorte temporal prioritário entre os anos de 2015 e 2025. Os critérios de seleção priorizaram publicações que abordam a intersecção entre inteligência artificial, ética, educação básica, Biblioteconomia e competência em informação.

O universo da pesquisa consiste, portanto, no corpus teórico-documental disponível sobre o tema, não envolvendo sujeitos humanos ou coleta de dados empíricos. O método de análise empregado foi a análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin [1], que permite a interpretação sistemática, objetiva e categorial dos conteúdos presentes nos textos analisados.

A categorização do material bibliográfico resultou em três eixos centrais de análise:

- Ética e Deontologia na Ciência da Informação;
- Impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo educativo;
- Tendências na formação biblioteconômica para atuação na educação básica.

A análise foi conduzida de maneira temática, permitindo extrair sentidos relacionados a aspectos como autoria, letramento digital, competência em informação e mediação pedagógica crítica. Esses sentidos foram articulados à atuação do licenciado em Biblioteconomia como educador informacional e agente de transformação no uso da IAG em contextos escolares.

O caráter exploratório da pesquisa reside na intenção de identificar e discutir possíveis caminhos para a inserção crítica e ética da IAG na educação básica, sob a mediação de profissionais da Biblioteconomia com

formação docente. Assim, o estudo visa contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente no que tange à formação integral do sujeito e à valorização da autoria e da ética na cultura digital.

### **3 Inteligência artificial generativa na educação: potencialidades e desafios**

A inserção da inteligência artificial generativa (IAG) no contexto educacional brasileiro tem suscitado intensos debates, sobretudo por seus impactos na cognição, na autoria e na mediação do conhecimento. Embora apresente funcionalidades inovadoras, como a geração automatizada de textos, a personalização de atividades e a reorganização de conteúdos, seu uso indiscriminado e acrítico pode gerar prejuízos significativos à aprendizagem.

Entre os principais desafios, destaca-se a perda de habilidades cognitivas fundamentais, como a atenção sustentada, a memória de trabalho e o pensamento crítico. Estudantes têm demonstrado tendência crescente à preguiça cognitiva, delegando à IA tarefas básicas de leitura, interpretação e escrita, o que compromete a autonomia intelectual e a capacidade analítica. Selwyn (2019) adverte que a substituição de processos reflexivos por sistemas automatizados compromete a formação de sujeitos críticos e politicamente engajados, ao mesmo tempo que enfraquece o papel da educação como prática de liberdade.

Outra preocupação emergente diz respeito à naturalização do plágio e à fragilidade da verificação informacional. Ao copiar textos gerados por IA sem questionar sua originalidade e autoria, muitos estudantes incorrem em práticas eticamente problemáticas, agravadas pela dificuldade em checar fontes, distinguir trechos inventados e identificar manipulações discursivas.

A esse cenário somam-se questões de ordem ética e política. Como estratégia para driblar esse cenário, Floridi e Cows (2019) propõem

um conjunto de cinco princípios fundamentais para o uso responsável da IA: beneficência, não maleficência, autonomia, justiça e aplicabilidade. Tais princípios reforçam a necessidade de construir práticas educacionais que garantam a agência humana e a transparência algorítmica, evitando o uso opaco e reprodutor de desigualdades.

Contudo, esses desafios podem ser ressignificados como potencialidades educativas, desde que mediados de forma crítica. Ao invés de proibir o uso da IA, é possível ensinar estudantes a identificar traços de automatização textual, checar fontes, avaliar referências sugeridas e utilizar a IA como aliada no aprimoramento de suas produções acadêmicas, como por exemplo na revisão ortográfica, tradução de textos e formulação de ideias iniciais. Sampaio, Sabbatini e Limongi (2024) propõem, nesse sentido, diretrizes éticas que preservem a agência humana e promovam o letramento digital como condição para o protagonismo no uso da IA.

A IA generativa deve ser compreendida não como ameaça, mas como oportunidade para desenvolver novas formas de autoria crítica, mediação informacional e valorização da aprendizagem ativa. Seu uso ético e consciente requer não apenas competências técnicas, mas formação epistemológica e pedagógica que permita aos sujeitos compreenderem a tecnologia como fenômeno histórico, ideológico e comunicacional.

Nessa direção, o pensamento de Paulo Freire, especialmente na obra *Pedagogia da Autonomia* (2002), oferece uma base para pensar criticamente sobre o uso da inteligência artificial generativa (IAG) na educação, sobretudo na educação básica. Freire (2002) defende que ensinar exige pesquisa, criticidade, respeito à autonomia do educando e a constante leitura de mundo, precedendo, muitas vezes a leitura da palavra. Nesse sentido, a inserção da IA em ambientes escolares não pode se limitar à aplicação de ferramentas tecnológicas, mas deve ser mediada por um projeto pedagógico que reconheça o sujeito como protagonista do

conhecimento e como alguém em constante construção de sentido em relação a sua existência.

Ao invés de reforçar práticas bancárias de ensino, nas quais o estudante apenas consome conteúdos prontos, inclusive os produzidos por IA, a perspectiva freireana propõe que a IA seja apropriada como instrumento de problematização da realidade, ou seja, como meio para gerar perguntas e não apenas respostas. É nesse ponto que a mediação do professor assume papel central: ele não é substituído pela máquina, mas se posiciona como agente de leitura crítica das ferramentas, ajudando os estudantes a refletirem sobre como, por que e para quê estão utilizando a IA.

A própria ferramenta, enquanto construção humana, carrega intenções, limitações e vieses. Como destaca Freire, "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (Freire, 2002, p. 47). Nesse sentido, o uso automático da IA em atividades escolares pode inibir a criatividade, a autoria e a formação da consciência crítica, se não houver uma mediação pedagógica intencional. Trazer os estudantes da educação básica para o centro do processo de construção do *prompt* (instrução que orienta a criação de conteúdo), por exemplo, é uma forma de exercitar a metacognição e fomentar o pensamento criativo e ético.

Conte, Devechi e Maciel (2025) apontam que, ao interagir com a IA, os sujeitos lidam com uma produção textual polifônica, que mistura múltiplas vozes e intenções, algo que, dialogando com Bakhtin, também exige escuta, autoria e co-participação. Essa compreensão casa com o conceito freireano de diálogo como prática de liberdade. Nesse sentido, promover oficinas de construção de prompts ou de análise crítica de textos gerados por IA pode ser uma estratégia didática potente na educação básica, sobretudo para o desenvolvimento da autonomia, da autoria e da alfabetização digital crítica.

Inspirar-se na pedagogia de Paulo Freire para o uso da IA na educação básica significa recolocar

a tecnologia a serviço da emancipação, e não da reprodução. Significa também formar professores e estudantes para usarem essas ferramentas como extensão do pensamento, e não como a substituição dele.

É também dedicar-se a fortalecer as atividades de formação do leitor promovendo a mediação da leitura, incentivando o uso de livros e investindo em atividades que despertem a motivação para ler. Como destaca Campello (2024, p. 81), “leitura exige esforço, então o aluno precisa entender, desde pequeno, que tem que enfrentar o texto”. Diante do contexto do uso crescente da IA, a formação do leitor deve ser uma ação intencional e uma prioridade de todo educador, especialmente do profissional da Biblioteconomia. A tecnologia, nesse cenário, deve atuar como suporte ao processo educativo e de pesquisas, nunca como substituta da construção ativa do conhecimento.

#### **4 Biblioteconomia digital e competência em informação como estratégias para o uso ético da IA**

A Biblioteconomia, em diálogo com a Ciência da Informação, possui papel estratégico frente aos desafios éticos e cognitivos trazidos pela inteligência artificial generativa (IAG), especialmente no contexto da educação básica. Um dos principais pilares dessa atuação está na competência em informação, conceito que remonta aos trabalhos de Paul Zurkowski (1974). Essa competência é compreendida como a habilidade de reconhecer uma necessidade informacional, localizar, avaliar criticamente e usar a informação de forma eficaz, ética e responsável. Em tempos de sobrecarga informacional, desinformação algorítmica e automação da escrita, tais habilidades tornam-se essenciais para que estudantes aprendam a discernir conteúdos autênticos, identificar vieses e verificar a confiabilidade de dados e fontes.

No campo da biblioteconomia de dados, Semeler e Pinto (2019) alertam que o uso crescente de tecnologias na ciência e na educação criou novas exigências para os profissionais da informação. Não basta

dominar ferramentas, é necessário compreender os fluxos de dados, suas origens, usos e impactos sociais. Nesse sentido, o bibliotecário precisa atuar como curador informacional e mediador ético, ajudando educadores e estudantes a entenderem como os sistemas de IA são treinados, que dados utilizam, quais lacunas podem reproduzir e como isso influencia os resultados das ferramentas generativas.

É nesse contexto que as bibliotecas híbridas, que integram acervos físicos e digitais com práticas de mediação cultural, informacional e tecnológica, ganham centralidade. Caldas e Silva (2020) apontam que, mais do que locais de acesso a livros ou conteúdos digitais, as bibliotecas escolares podem se consolidar como espaços de aprendizagem ativa, onde os estudantes são incentivados a construir conhecimento por meio de projetos interativos, oficinas de checagem de fatos, atividades de curadoria digital e análise de autoria de textos gerados por IA. A hibridez, nesse sentido, não se refere apenas à coexistência de formatos, mas a uma nova lógica de atuação da biblioteca: colaborativa, tecnológica e crítica.

Nesse cenário, o profissional da Biblioteconomia com formação docente pode desenvolver atividades pedagógicas que articulem tecnologia, ética e informação, como, por exemplo:

- **Oficinas de construção e análise de prompts:** nas quais os alunos elaboram comandos para ferramentas de IA e avaliam criticamente as respostas geradas, identificando inconsistências, vieses e possibilidades de aprimoramento;
- **Aulas de checagem de informações geradas por IA:** em que os estudantes comparam textos produzidos por IA com fontes confiáveis, desenvolvendo habilidades de verificação, leitura crítica e avaliação da qualidade da informação;
- **Clubes de leitura digital com foco em ética algorítmica:** espaços de debate sobre conteúdos (reportagens, contos, vídeos) que abordam os impactos sociais e éticos

das tecnologias, promovendo o diálogo e a reflexão coletiva;

- **Projetos de letramento informacional com foco em dados:** atividades voltadas à compreensão do ciclo da informação digital, do papel dos metadados e da coleta de dados pessoais pelas plataformas, visando a formação de sujeitos conscientes e críticos.

Essas práticas não apenas tornam a IA um recurso educativo mais ético e consciente, como também fortalecem a formação crítica dos alunos diante das transformações tecnológicas que atravessam seu cotidiano escolar.

### **5 A práxis freireana como base para a atuação do licenciado em Biblioteconomia na educação básica**

A presença do bibliotecário com formação docente na educação básica é uma oportunidade estratégica para integrar tecnologia, ética e formação crítica. A licenciatura em Biblioteconomia, apesar de ainda pouco explorada em sua plenitude, oferece ferramentas conceituais e pedagógicas que tornam esse profissional apto a atuar em contextos de transformação digital, como os provocados pela IA generativa.

Campello (2024, p. 29) afirma que o conceito de “letramento informacional”, também denominado “competência informacional”, tem sido amplamente debatido no campo da Biblioteconomia. No entanto, nos questionamos se esse mesmo destaque tem sido dado à temática no campo da Educação.

Nesse sentido, observa-se que, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao longo da Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, Educação Fundamental e o Ensino Médio, deve-se assegurar aos estudantes o desenvolvimento de competências que, no âmbito pedagógico, consubstanciam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2018). Entre elas destacam-se:

[...] Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

[...] Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 9).

A BNCC incorpora as habilidades informacionais desde a Educação Infantil, reconhecendo a importância de promover o letramento digital de forma progressiva e transversal. “[...] a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos [...] e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações” (Brasil, 2018, p. 43).

No Ensino Fundamental, dentre as competências específicas de Linguagens para os anos iniciais e finais, espera-se que os alunos desenvolvam a capacidade de:

compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos (Brasil, 2018, p. 65).

No Ensino Médio, a BNCC amplia as exigências quanto às habilidades digitais, abordando aspectos de autoria, curadoria e criticidade:

Explorar tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), compreendendo seus princípios e

funcionalidades [...] Avaliar o impacto das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) na formação do sujeito e em suas práticas sociais, para fazer uso crítico dessa mídia em práticas de seleção, compreensão e produção de discursos em ambiente digital. [...] Utilizar diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais em processos de produção coletiva, colaborativa e projetos autorais em ambientes digitais. [...] Apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação, por meio de ferramentas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na cultura de rede (Brasil, 2028, p. 497).

Destaca-se, assim, a ênfase dada pela BNCC ao letramento informacional e à criticidade diante das influências das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) nas novas práticas de linguagem. Nesse sentido:

Eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários. Não se trata de deixar de privilegiar o escrito/impresso nem de deixar de considerar gêneros e práticas consagrados pela escola [...] mas de contemplar também os novos letramentos, essencialmente digitais (Brasil, 2018, p. 69).

De acordo com Campello (2024, p. 31), a BNCC se preocupa em formar alunos com habilidades para a leitura crítica, aprendizado autônomo através da pesquisa e para o uso responsável

da informação, especialmente da informação digital.

Todas essas competências e habilidades encontram respaldo na formação oferecida pela Licenciatura em Biblioteconomia, confirmando a pertinência de sua presença nos ambientes escolares. O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) descreve o egresso como um profissional preparado para:

- a) Desempenhar o papel de “catalisador” do processo educativo em todas as suas dimensões, não se restringindo a ser um mero transmissor de conteúdos, mas um profissional atento às relações éticas e epistemológicas que constituem o processo educacional;
- b) Desenvolver uma sólida competência profissional visando a integração entre o campo educacional e da Biblioteconomia;
- c) Compreender os saberes e práticas biblioteconômicas como um processo de desenvolvimento contínuo e integrado aos diversos campos do conhecimento;
- d) Entender o processo ensino-aprendizagem no contexto educacional de forma dinâmica, integrada e aberta;
- e) Construir metodologias para o ensino de práticas biblioteconômicas com vistas a formação de quadros de auxiliares técnicos de bibliotecas, centros de documentação, de informação e de memória; de forma que desenvolvam habilidades e competências para ensinar a aprender;
- f) Fortalecer as práticas de pesquisa como princípio educativo no âmbito das bibliotecas, centros de documentação, de informação e de memória;
- g) Diagnosticar as expectativas e as necessidades dos estudantes nos diferentes níveis que compõem a educação básica e o ensino médio, de



modo a planejar, gerenciar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos educacionais em Biblioteconomia e que contemplem os princípios da interdisciplinaridade e inclusão.

h) Aplicar o conteúdo didático-pedagógico e técnico-profissional para a formação de auxiliares e assistentes técnicos com atuação em bibliotecas, centros de documentação, de informação e de memória (UNIRIO, 2009, p. 30).

Essa proposta formativa reforça o papel do licenciado em Biblioteconomia como mediador pedagógico, com atuação qualificada nos espaços escolares e com domínio dos fundamentos educacionais. Trata-se de um profissional capaz de construir e implementar práticas pedagógicas transformadoras nos ambientes de pesquisa, informação, leitura e memória, em todos os setores da educação básica.

Seki (2025) argumenta que as tecnologias educacionais, embora se apresentem como soluções, frequentemente substituem funções intelectuais do professor em vez de as complementarem. Diante disso, o licenciado em Biblioteconomia pode atuar como contrapeso crítico, promovendo uma abordagem orientada à mediação, à leitura crítica de fontes, à produção colaborativa de conhecimento e ao respeito pela autoria.

Weitzel, Calil Junior e Achilles (2015) reiteram que esse profissional contribui de maneira significativa para o letramento informacional nas bibliotecas escolares e para a educação formal, auxiliando, orientando e promovendo atividades que fortalecem o processo de ensino-aprendizagem, especialmente no desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos do ensino básico, com destaque para o ensino médio.

Além disso, ao dominar princípios de curadoria digital e letramento informacional, o bibliotecário educador pode formar estudantes para usarem a IA de maneira crítica e responsável, combatendo a superficialidade

e promovendo autonomia intelectual. Essa atuação se alinha à Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), que propõe a melhoria da qualidade da educação básica com ênfase na formação integral do sujeito, incluindo aspectos éticos, culturais e tecnológicos.

Portanto, o licenciado em Biblioteconomia não apenas pode, como deve, ocupar um espaço propositivo na escola. Sua atuação colabora para transformar a IA generativa de uma tecnologia de consumo em uma ferramenta de autoria, emancipação e inclusão crítica, à luz da pedagogia freireana.

A inserção da inteligência artificial generativa na educação básica impõe desafios éticos e metodológicos que não podem ser enfrentados apenas com domínio técnico. Nesse contexto, a atuação do licenciado em Biblioteconomia ganha relevância ao articular competências informacionais com fundamentos pedagógicos, especialmente quando orientada por uma concepção crítica e emancipadora do ensino. A pedagogia de Paulo Freire, e em especial sua obra *Pedagogia da Autonomia* (2002), oferece fundamentos sólidos para pensar essa atuação a partir da práxis transformadora e do compromisso com a formação ética do sujeito.

Para Freire (2002), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as condições para que ele seja construído por meio do diálogo, da problematização e da escuta ativa. Esses princípios são especialmente pertinentes quando se lida com tecnologias como a IA generativa, que reconfiguram as formas de produção e circulação do saber. Ao mediar o uso dessas tecnologias, o educador pode atuar como sujeito histórico, capaz de promover uma leitura crítica do mundo e das tecnologias, não como objetos neutros, mas como construções humanas carregadas de intencionalidade e ideologia.

Segundo Freire (2002), "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino". Essa indissociabilidade é um eixo essencial para a atuação do licenciado em Biblioteconomia, que pode coordenar atividades investigativas, oficinas de letramento digital e práticas de

curadoria da informação em ambientes escolares. Nesses espaços, o uso da IA não deve ser meramente funcional, mas submetido ao crivo ético e à reflexão crítica. Assim, o estudante aprende não apenas a usar a tecnologia, mas a interrogar seus mecanismos, limites e impactos sociais.

Outro princípio freireano central é o da autonomia. Freire adverte que o respeito à autonomia e à dignidade do educando é uma exigência ética do educador. Nesse sentido, o profissional da Biblioteconomia pode desempenhar um papel essencial na preservação da autoria discente diante da tentação de delegar à IA a produção de textos e respostas. Em vez de fomentar a substituição da criatividade humana por resultados automatizados, o educador pode promover a coautoria consciente, orientando o estudante a usar ferramentas de IA como apoio à reflexão, e não como fonte única ou absoluta.

Além disso, a elaboração de prompts, prática frequentemente marginalizada ou subestimada, pode ser ressignificada à luz da pedagogia freireana. Formular boas perguntas exige leitura crítica, conhecimento prévio, clareza conceitual e sensibilidade linguística, competências que devem ser cultivadas como parte do processo formativo. Nesse processo, a mediação do licenciado em Biblioteconomia revela-se estratégica, pois ele é capacitado a articular o domínio técnico com a intencionalidade pedagógica e a sensibilidade ética.

A biblioteca escolar, espaço tradicional de mediação cultural e informacional, transforma-se, nesse cenário, em um ambiente dialógico de formação cidadã. Ao integrar práticas de uso ético da IA com atividades de leitura, produção textual, debate e pesquisa, o licenciado em Biblioteconomia potencializa a biblioteca como núcleo de formação crítica. Como afirma Freire (2002), "ensinar exige saber escutar": escutar os sujeitos, suas histórias, seus contextos e suas dúvidas diante de um mundo cada vez mais digital.

Portanto, ao se basear nos princípios da pedagogia freireana, o licenciado em

Biblioteconomia não somente operacionaliza tecnologias, mas humaniza sua aplicação. Sua atuação no ensino básico representa a possibilidade de construir uma escola comprometida com a ética, a autonomia e a transformação social, valores essenciais para o uso crítico da inteligência artificial generativa na contemporaneidade.

## **6 Ética e Deontologia na Ciência da Informação: fundamentos para a mediação crítica da IA**

A crescente presença da inteligência artificial (IA) nos contextos educacionais e informacionais impõe a necessidade de um debate aprofundado sobre as implicações éticas e deontológicas da sua aplicação. Na Ciência da Informação, a ética é entendida como um conjunto de princípios filosóficos que orientam o julgamento sobre o que é certo ou errado nas práticas profissionais, enquanto a deontologia configura-se como o corpo normativo que regula deveres e responsabilidades específicas dos profissionais da informação frente à sociedade (Silva & Paletta, 2023).

Com a inserção da IA generativa na mediação informacional, surgem dilemas relacionados à autoria, privacidade, transparência algorítmica e responsabilidade no tratamento dos dados. Como indicam Malheiro da Silva *et al.* (2023), o avanço das tecnologias de informação e comunicação demanda uma revisão crítica dos códigos de ética tradicionais da área, propondo a construção de um código deontológico unificado voltado ao Gestor da Informação, figura que agrega as funções do bibliotecário, arquivista e documentalista, apto a atuar em cenários digitais complexos.

Autores como Cox (2022) apontam que os códigos de ética convencionais são, muitas vezes, excessivamente abstratos diante dos desafios concretos trazidos pela IA. Por isso, propõe-se o uso de cenários éticos aplicados para capacitar profissionais da informação a reconhecer e enfrentar dilemas reais relacionados ao uso de algoritmos. Esses cenários contemplam questões como a opacidade nos sistemas de recomendação, o

risco de automação de julgamentos humanos e a desinformação promovida por ferramentas generativas.

A ética informacional, nesse contexto, deve englobar princípios como justiça, beneficência, não maleficência, transparência e respeito à privacidade, valores reiterados por autores como Floridi e Taddeo (2016) e incorporados nas propostas recentes de códigos de conduta profissional. Tais princípios orientam o profissional da informação a atuar como mediador crítico entre as tecnologias emergentes e os usuários, promovendo o acesso equitativo à informação e combatendo vieses algorítmicos.

Além disso, a formação ética do profissional da informação precisa incluir a reflexão sobre sua responsabilidade social. Como destacam Malheiro da Silva e Paletta (2023), a mediação informacional em ambientes digitais exige não apenas domínio técnico, mas também consciência crítica sobre os impactos da IA na construção do conhecimento. Isso inclui a necessidade de garantir a aplicabilidade dos sistemas de IA, proteger os dados dos usuários e promover a autoria informada e responsável.

Por fim, a articulação entre ética, deontologia e IA deve orientar o uso pedagógico dessas ferramentas, especialmente na educação básica, onde a mediação humana ainda é insubstituível. Como sugerem Malheiro da Silva *et al.* (2023), um código deontológico contemporâneo deve abranger dimensões como a liberdade intelectual, a imparcialidade, a confidencialidade e o direito à privacidade, reafirmando o compromisso do profissional da informação com a construção de uma sociedade mais justa, crítica e propositadamente letrada.

## 7 Discussão dos resultados

O estudo evidenciou uma lacuna na produção acadêmica sobre o papel do licenciado em Biblioteconomia no contexto da educação básica, especialmente no que se refere à mediação ética e pedagógica do uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG). Atualmente, qualquer aluno com acesso à

internet pode utilizar ferramentas de IAG, o que amplia a urgência de estabelecer orientações para seu uso responsável no ambiente escolar. No entanto, não foram identificadas publicações que apresentem códigos ou diretrizes para sua utilização ética nesse ambiente. Essa ausência evidencia a necessidade de ampliar os debates sobre o uso responsável dessa tecnologia no ensino básico. Além disso, considera-se a possibilidade de haver uma carência de professores capacitados para realizar essa mediação de forma crítica e orientada, o que torna ainda mais relevante a presença de profissionais com formação específica em letramento informacional e uso ético da informação, como é o caso do licenciado em Biblioteconomia.

Os dados demonstram que, mesmo diante de políticas públicas que valorizam a integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no ambiente educacional, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), há um distanciamento entre o discurso normativo e a prática cotidiana. A atuação do licenciado em Biblioteconomia, nesse cenário, revela-se como uma oportunidade ainda pouco explorada, mas altamente promissora para preencher esse vazio.

Documentos como o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) indicam que o egresso dessa formação possui competências específicas para atuar em contextos de mediação digital e ética da informação. Entre essas competências, destacam-se a capacidade de fomentar o letramento informacional, orientar práticas de autoria crítica, desenvolver projetos pedagógicos interdisciplinares e promover ações de inclusão e equidade nos espaços escolares.

Além disso, os estudos analisados apontam para a viabilidade de estratégias práticas que podem ser implementadas por licenciados em Biblioteconomia, tais como: oficinas de criação de *prompts* para IAG; rodas de conversa sobre ética da informação; projetos interdisciplinares de leitura crítica de fontes digitais; curadoria de conteúdos com base em critérios de

confiabilidade; e formação de clubes de mídia para debate sobre autoria e originalidade. Essas experiências demonstram que a atuação crítica deste profissional é fundamental para que as tecnologias deixem de ser ferramentas de reprodução passiva de conteúdo e passem a ser instrumentos de produção de conhecimento.

Observou-se também que os princípios da pedagogia freireana, como diálogo, autonomia, criticidade e protagonismo, estão presentes de forma transversal nas propostas educacionais que envolvem o uso ético da IA. Isso reforça a ideia da importância da mediação humana, mesmo em contextos tecnologicamente avançados. A presença de um profissional capacitado para construir pontes entre a informação, a ética e a aprendizagem torna-se, portanto, elemento-chave para o sucesso de estratégias que envolvam a Inteligência Artificial Generativa no ambiente escolar.

Assim, os resultados da pesquisa indicam que o licenciado em Biblioteconomia possui uma formação que o credencia não apenas para atuar em salas de aula e bibliotecas escolares, mas para participar dos debates e ações voltados à formação digital crítica na educação básica.

## 8 Considerações Finais

Considera-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, uma vez que o estudo reflete sobre o papel do profissional licenciado em Biblioteconomia na educação básica, destacando sua atuação como agente integrador do uso ético da Inteligência Artificial Generativa nas salas de aula.

O contexto educacional tem sido continuamente impactado pelas inovações tecnológicas, desde o livro impresso à internet, que ao longo do tempo ampliaram as possibilidades de ensino e aprendizagem. Atualmente, a Inteligência Artificial Generativa (IAG) representa o ápice dessa evolução, oferecendo inúmeros recursos ao ambiente escolar. No entanto, sua incorporação exige cautela: embora seu uso não demande amplo

conhecimento técnico, a ausência de uma mediação ética e pedagógica pode comprometer valores como a autoria, a criatividade e o pensamento crítico. Nesse cenário, observa-se as dificuldades enfrentadas por professores regulares, para integrar esses conhecimentos às práticas educativas, devido à falta de formação específica e apoio institucional. Diante disso, este estudo conclui que o profissional licenciado em Biblioteconomia está preparado para assumir um papel estratégico diante desses desafios. Sua formação combina conhecimento técnico em informação e tecnologias com fundamentos pedagógicos, éticos e sociais, possibilitando uma atuação voltada à formação integral dos estudantes. Esse profissional é capaz de mediar a relação entre sujeitos, informação e tecnologia, contribuindo para o uso reflexivo da IAG em práticas educativas.

A relevância dessa atuação encontra respaldo na BNCC, que valoriza a autoria, a pesquisa, a curadoria de informação e o uso ético das tecnologias digitais, desde a educação infantil até o ensino médio. Ao mesmo tempo, a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) reforça o compromisso com a melhoria da qualidade da educação básica, incentivando práticas que desenvolvam competências múltiplas, com foco na inclusão e na cidadania. A pedagogia freireana, por sua vez, fornece a base teórica para uma prática libertadora, em que o educador bibliotecário atua como mediador crítico da leitura, da pesquisa, do conhecimento e da cultura digital.

Assim, o uso ético da IAG na educação básica não deve ser compreendido como responsabilidade exclusiva de áreas técnicas ou pedagógicas, mas como resultado de uma construção coletiva e transdisciplinar. O licenciado em Biblioteconomia, por seu perfil formativo e capacidade de articulação entre linguagem, informação, mediação e tecnologia, está em posição privilegiada para colaborar na construção de uma escola que não apenas use tecnologia, mas que a ressignifique como ferramenta de transformação social.

Negligenciar o ensino do uso correto da IAG ao estudante da educação básica, configura-se um incentivo à alienação e a construção de uma sociedade carente de criatividade, de pesquisas, de novas produções e rumo ao retrocesso intelectual.

Sendo assim, cabe aos sistemas regulatórios e educacionais reconhecer esse papel e fomentar espaços que permitam a atuação plena e protagonista desse profissional nas redes de ensino, contribuindo para a construção de uma cultura digital ética, reflexiva e inclusiva. Nesse contexto, a Inteligência Artificial Generativa deve ser promovida como um recurso voltado à qualificação da escrita, ao fortalecimento da autoria e à emancipação, pilares para a formação de cidadãos conscientes e eticamente preparados para o mundo digital.

## Referências

- Alves, A. T. A. (2025). A inserção da tecnologia na sala de aula. *Revista Educação Pública*, 25(2), 20-33. <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/25/2/a-insercao-da-tecnologia-na-sala-de-aula>.
- Arruda, E. P. (2024). Inteligência artificial generativa no contexto da transformação do trabalho docente. *Educação em Revista*, 40, e48078. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469848078>.
- Brasil. Ministério da Educação (2018). Base Nacional Comum Curricular. Secretaria de Educação Básica. [https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf).
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (2007). Programa Ética e Cidadania. MEC, 2007. <https://portal.mec.gov.br/busca-geral/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/13607-programa-etica-e-cidadania>.
- Brasil. (2014, 25 de junho). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm).
- Campello, B (2024). A biblioteca como lugar de aprendizagem. Autêntica.
- Caldas, R. F. & Silva, R. C. (organizadores) (2020). Bibliotecas e hibridez. Oficina Universitária, Cultura Acadêmica. <https://books.scielo.org/id/9srbd>.
- Conte, E., Devecchi, C. P. V. & Maciel, P. G. (2025, 8 de abril). Inteligência artificial e construção da autoria: disputas discursivas na era algorítmica. *SciELO Preprints*. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11664>. Acesso em: 6 maio 2025.
- Cox, A. M. (2022). The ethics of AI for information professionals: eight scenarios. *Journal of the Australian Library and Information Association*, 71(2), 124-138. [https://www.researchgate.net/publication/361318048\\_The\\_Ethics\\_of\\_AI\\_for\\_Information\\_Professionals\\_Eight\\_Scenarios](https://www.researchgate.net/publication/361318048_The_Ethics_of_AI_for_Information_Professionals_Eight_Scenarios).
- Floridi, L. & Cowls, J. (2019). A unified framework of five principles for AI in society. *Harvard Data Science Review*, 1(1). DOI: <https://doi.org/10.1162/99608f92.8cd550d1>.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. (25ª ed.). Paz e Terra. <https://www.unirio.br/cia/ppgeac/processo-seletivo-2021/bibliografia-2021/freire-paulo-pedagogia-da-autonomia-saberes-necessarios-a-pratica-educativa/view>.
- Gerena, C. (2015). *Positive Thinking in Dance: The Benefits of Positive Self-Talk Practice in Conjunction with Somatic Exercises for Collegiate Dancers* [tese de mestrado, University of California Irvine]. Universidade da Califórnia, eScholarship. <https://escholarship.org/uc/item/1t39b6g3>.
- Lima-lobes, R. E. (2025). Por uma revisão crítica do uso de inteligência artificial na educação. *SciELO Preprints*. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11450>.
- Malheiro-Da-Silva, A. (2023). Ética e deontologia no campo profissional da informação. *Diálogos*, 48, 675-690. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/155308/2/648644.pdf>.
- Malheiro-Da-Silva, A. & Paletta, F. C. (2023). Inteligência artificial em diálogo com a ética e

- a deontologia da informação. *Diálogos*, 48, 733-752. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/160121/2/680447.pdf>.
- Nikolaidis, Michail *et al.* (2024). The ethics of using artificial intelligence in scientific research. *Discover Artificial Intelligence*, 2(1), art. 21. <https://link.springer.com/article/10.1007/s43681-024-00493-8>.
- Sampaio, R. C., Sabbatini, M. & Limongi, R. (2024). Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa: um guia prático para pesquisadores. Intercom.
- Santos, A. C. (2021). Variações conceituais entre a ética e a moral. *Filosofia Unisinos*, 22(2), 1-10. DOI: 10.4013/fsu.2021.222.07. <https://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/20666>.
- Santos, M. F. C. & Silva, C. C. da. (2024, 25 de novembro) Desafios e possibilidades da inteligência artificial generativa para a educação básica: um estudo com docentes do IFTM – Campus Paracatu. *SciELO Preprints*. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9628>
- Seki, A. K. (2025, 17 de março). Educação digital e reconfiguração do trabalho docente. *SciELO Preprints*. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11423>.
- Selwyn, N. (2019). Should robots replace teachers? AI and the future of education. Polity Press.
- Zurkowski, P. (1974). The Information Service Environment Relationships and Priorities. National Commission on Libraries and Information Science. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>
- Semeler, A. R. & Pinto, A. L. (2019). Os diferentes conceitos de dados de pesquisa na abordagem da biblioteconomia de dados. *Ciência da Informação*, 48(1), 113–129. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v48i1.4561>.
- Sousa, H. De & Cruz, D. M. (2024, 4-8 de novembro). Capacitando educadores com IA generativa: implicações na educação [sessão de conferência]. XIII Congresso Brasileiro de Informática na Educação; XXXV Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (CBIE/SBIE 2024), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- DOI: <https://doi.org/10.5753/sbie.2024.242665>.
- Spudeit, D. F. A. O, Romeiro, N. L. & Silveira, F. J. N. (2019, 21-15 de outubro). Licenciatura em biblioteconomia: formação e identidade Profissional [sessão da conferência]. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, Brasil.
- Thomas, G. (2014). The influence of homeland security on policing (Publicação n.º 3645567) [Dissertação de doutoramento, Universidade de Indiana da Pensilvânia]. ProQuest Dissertações e Teses Global.
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. (2009). Escola de Biblioteconomia. Projeto político pedagógico do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. <https://www.unirio.br/prograd/ppc-dos-cursos-de-graduacao/ProjetoPedagogicodoCursodeLicenciaturaemBiblioteconom.pdf>.
- Weitzel, S. da R., Calil Junior, A., & Achilles, D. (2015). Revisão e reflexões: letramento informacional nas escolas: o papel do licenciado em biblioteconomia. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 38(3), 213–225. DOI: 10.17533/udea.rib.v38n3a06.